



**CIRCUITOS COMUNICACIONAIS NA IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO DO
SÉCULO XIX: TEIAS E RELAÇÕES NO MOMENTO INICIAL**
COMMUNICATION CIRCUITS IN THE PRESS OF 19TH CENTURY RIO DE
JANEIRO: WEBS AND RELATIONSHIPS AT THE INITIAL STAGE

MARIALVA BARBOSA¹

Resumo

O artigo aborda alguns aspectos dos circuitos comunicacionais, nas décadas iniciais de circulação da imprensa no Brasil, sobretudo, às vésperas da Independência (1822), quando passam a ser editados, paulatinamente, em todo o território brasileiro jornais impressos, naquilo que podemos definir como explosão da palavra pública de norte a sul do país. O objetivo é refletir sobre o momento inicial da circulação de jornais no século XIX, o século do jornal, também, no Brasil. Utilizando os próprios periódicos como documentação para mostrar trânsitos comunicacionais, destaca, brevemente, a partir das notícias publicadas no Diário do Rio de Janeiro, que circulou na Corte, a partir de 1821, alguns desses circuitos envolvendo Brasil-Portugal.

Palavras-chave: Imprensa; Brasil; Portugal; Independência; Circuitos comunicacionais.

Abstract

The article addresses some aspects of communication circuits, in the initial decades of press circulation in Brazil, especially on the eve of Independence (1822), when printed newspapers began to be published gradually throughout the Brazilian territory, in what we can define as explosion of the public word from north to south of the country. The objective is to reflect on the initial moment of newspaper circulation in the 19th century, the century of the newspaper, also, in Brazil. Using the periodicals themselves as documentation to show communicational transits, it briefly highlights, based on the news published in the Diário do Rio de Janeiro, which circulated in the Court, from 1821 onwards, some of these circuits involving Brazil-Portugal.

Keywords: Press; Brazil; Portugal; Independence; Communication circuits.

¹ Professora Titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. E-mail: marialva153@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8875-7128>.

A imprensa desempenhou papel fundamental na construção do espaço público político na Independência do Brasil e nos processos históricos do Primeiro Reinado², de tal forma que podemos afirmar, só existir jornalismo no Brasil quando este começa a se constituir como ator chave na formação deste espaço, no qual a circulação de ideias passa também a intercambiar, cada vez mais, formas orais e impressas de comunicação.

A partir de 1808, quando a Gazeta do Rio de Janeiro passou a ser impressa, com a chegada de D. João VI, fugindo das tropas napoleônicas que invadiram Portugal e instalou na Colônia a sede do Reino de Portugal e Algarves, os impressos foram, ainda que lenta e paulatinamente, ocupando papel-chave nas tramas narrativas e temporais de um mundo, visto que era, cada vez mais, observado também pelas lentes dos impressos. Mas será apenas a partir de 1821, no contexto do movimento político pela independência, que a imprensa, ao proliferar não apenas na cidade imperial, mas por diversas províncias, passa a ser percebida de múltiplas formas.

Assim, no primeiro momento, o artigo objetiva refletir sobre os circuitos comunicacionais Brasil-Portugal nesta década de explosão da palavra pública sob a forma jornal, evidenciando teias de relações comunicacionais no período inicial da imprensa brasileira. Já no segundo momento, procuraremos mostrar, brevemente, trânsitos e circuitos comunicacionais entre jornais brasileiros e portugueses, a partir de textos publicados no *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878)³.

Uma imprensa luso-brasileira

A circulação de jornais produzidos na Europa, apesar das proibições de sua difusão na Colônia, existia no Brasil desde o século XVIII. Os impressos transpunham os mares e faziam viajar seus leitores por lugares em imagens de terras distantes das quais se produziam múltiplos relatos, informações, opiniões e ideias, fazendo ecoar uma imaginação produtora de sentidos. No Rio de Janeiro, quando da chegada da Corte joanina circulava, sobretudo, a *Gazeta de*

² Diversos autores referem-se a esta ampliação da imprensa como fundamental para a construção de um espaço público político, indispensável para a circulação das ideias no período da independência (Morel, 2005; Morel e Barros, 2003; Neves, 2003; Barbosa, 2010; Lustosa, 2000; Basile, 2008, entre outros).

³ Ainda que no primeiro ano do período que identificamos como o da explosão da palavra impressa na Cidade Imperial (1821) tenham surgidos 10 periódicos, pesou na escolha do *Diário*, o fato de ter sido o primeiro periódico a assumir esta feição editorial, que pela publicação das chamadas “notícias particulares” e “anúncios” permite identificar mais claramente o que estamos denominando circuitos comunicacionais. quatro títulos, por questões metodológicas, a maior longevidade, o que permitiu a análise de maior quantidade de edições. No ano seguinte, 1822, mais 10 novos jornais surge na Corte, e ao final da década de 1820, registra-se o surgimento de 53 novos periódicos (Anais da Biblioteca Nacional, vol. 85, 1965).

Lisboa. Ainda naquele ano circularia também clandestinamente o *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, editado em Londres, por Hipólito José da Costa. Apesar das proibições que vigoraram em relação à publicação e/ou circulação de impressos de maneira geral (Villalta, 1999), jornais produzidos na Europa eram recebidos no Brasil, trânsito que se intensificará, sobretudo, com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro e, mais ainda, com o término da censura, em 1821. Além disso, há que se considerar que a base comunicacional dos periódicos era a compilação de notícias que já haviam sido publicadas, sobretudo, nos jornais europeus e a partir dos quais os gazeteiros produziam muitos dos textos que compunham estas publicações (Barbosa, 2013).

Assim, o ano de 1821 pode ser considerado como um momento singular em relação ao aparecimento e expansão dos impressos periódicos. Em Portugal, logo após a Revolução Liberal (24 de agosto de 1820) e a subsequente promulgação de legislação sobre liberdade de imprensa, acolhida pela Constituição de 1822, ocorreu, segundo Sousa, um “imparável movimento de fundação de novos periódicos” (Sousa, 2021, 93). No inventário que produz sobre os jornais surgidos em 1820 e 1821, Sousa lista o surgimento de 20 periódicos vintistas liberais e 8 jornais contrarrevolucionários vintistas, mostrando a diversificação das publicações, evidenciando a sua importância nas lutas políticas, permitindo-o afirmar que, em Portugal, o vintismo introduziu uma espécie de “gosto pelo jornal”, produzindo também em Portugal “a solidificação de uma esfera pública burguesa, a partir dos periódicos políticos” (Sousa, 2021, 94).

Essa profusão de periódicos que usava de várias artimanhas para competir pela atenção do público, valendo-se, por exemplo, dos gritos estridentes nos espaços públicos, foi alvo de críticas, tanto pela interferência que causava nos territórios de cidades em busca dos prováveis leitores, como também pela posição extremada e muitas vezes díspares do ponto de vista político. Tudo isso, levava os críticos a esta explosão da palavra impressa durante o vintismo português a se referir a ela como uma verdadeira praga. “Quem não conhece o peso desta praga devastadora (...) quando pela manhã (...) uma nuvem de rapazes, ministros executores da praga, levanta as desconcertadas vozes e grita (...): ‘Quem leva o Astro? Quem vem ao Liberal?’” (Macedo, 1821, 13, citado por Sousa, 2021, 94).

Também no Brasil se assiste à profusão de novos periódicos, já que, no contexto da independência, as palavras mobilizadoras passam a fazer, cada vez mais, parte de uma paisagem letrada onde novos intelectuais se moviam ocupando espaços divergentes: de um lado escritores patrióticos e liberais; de outro, os nostálgicos da República das Letras de meados do século

XVIII. Nesse ambiente efervescente de ideias, os espaços públicos se transformam sob os olhares e a ação dessa primeira geração dos gazeteiros brasileiros (Morel e Barros, 2003, 16).

O primeiro jornal impresso efetivamente em território brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, - o que se deu a partir da instalação da Imprensa Régia, em 1808, - fazia parte, inicialmente, da constelação da imprensa luso-brasileira que terá, sobretudo, a partir da segunda década do século XIX, expansão exponencial. Há que se remarcar ainda que neste período identificado como de formação da esfera pública no Brasil (Morel, 2005), começa a se fazer sentir de maneira consistente a expansão dos periódicos, divididos, inicialmente, em três modos operacionais de produção: os diários, as gazetas e os jornais.

Havia aqueles que faziam da opinião virulenta, da tomada de posição política explícita, o sentido das próprias publicações, além de divulgar outras informações (diríamos hoje notícias) nacionais e estrangeiras: as gazetas. Havia também os que tomavam para si a missão de esclarecer, tendo como objetivo levar luzes aos leitores, dividindo os assuntos entre temáticas científicas, literárias, artísticas, entre outras, com a clara tendência de difundir conhecimentos: os jornais. Por fim, havia os diários, que se ocupavam prioritariamente de questões do cotidiano, publicando avisos e informações variadas, sob demanda dos próprios leitores, que se dividiam em dois gêneros discursivos: as notícias e os anúncios. Esse conteúdo diferenciado, composto, invariavelmente, de pequenos textos veiculados nos jornais diários, passaram a circular, no Rio de Janeiro, a partir de 1821, com o início do *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878). Portanto, mesmo no momento inicial da imprensa no Brasil, observamos a existência de três modelos de difusão das letras impressas sob a forma periódica, sendo os mais correntes as gazetas e os jornais.

Ao estudar a *Gazeta do Rio de Janeiro*, Silva (2007) afirma que no início do século XIX os leitores sabiam diferenciar uma gazeta de um jornal. A gazeta tinha o papel de divulgar notícias, nacionais ou estrangeiras, enquanto o jornal deveria ser mais erudito e analisar várias temáticas, como história natural e ciências de maneira geral, comércio, economia e política e, também, trazer poesias e literatura. Já ao gazeteiro não competia exhibir conhecimentos, mas tentar apagar sua individualidade como letrado.

Mas a imprensa mudaria radicalmente com os debates sobre a independência, fator decisivo também para a proliferação de periódicos, folhetos e panfletos, impressos múltiplos destinados à propagação de ideias políticas. Paulatinamente, afastou-se do modelo das gazetas do Antigo Regime e assistiu-se o surgimento de periódicos, que travariam disputas acirradas para conquistar a opinião pública, conseguindo adeptos que com eles se identificassem e que



passassem a ser leitores das publicações. Houve também o aparecimento dos primeiros diários, de feição mais informativa, diríamos hoje, que publicavam sobretudo anúncios e as chamadas “notícias particulares”.

Outra característica significativa dos impressos surgidos após 1821 era a circulação pelo território, criando redes que interligavam os circuitos letrados: pelos impressos as pessoas se aliavam, se insultavam e se conheciam manifestando-se publicamente, o que faz Marco Morel afirmar ser a “imprensa um dos aspectos constitutivos do novo espaço público que se constituía na nação recém-independente” (Morel e Barros, 2003, 47).

Há que se destacar, ainda, o surgimento de inúmeros jornais efêmeros, muitos dos quais duravam poucos números, em periódicos que faziam das batalhas verbais uma espécie de palco para a encenação do “teatro do jornalismo” (Barbosa, 2013). Há que se acrescentar que os “insultos impressos”, usando aqui a expressão do livro de Isabel Lustosa (2000), presentes nestes periódicos e que tinham a jocosidade muitas vezes no próprio título (*O Macaco Brasileiro*; *O Papagaio*, por exemplo), fazem parte de uma linhagem narrativa em que o apelo às fórmulas retóricas são fundamentais para a ampliação da palavra impressa para o mundo oral e vice e versa. Ao fazerem, por exemplo, dos insultos, das chacotas, dos xingamentos e das bravatas o seu tema fundamental, os periódicos passam também a ser objeto de conversas e dos casos que se contam pela cidade. Incluem-se, assim, compulsoriamente entre as necessidades do público que se alastra, ainda que inicialmente, de maneira tímida.

Devemos remarcar, também, a existência de uma República das Letras, tal como classifica Luís Munaro (2018) entre os portugueses quando da sua dispersão a partir de 1808, através da publicação de grande número de jornais. Em Londres, por exemplo, circularam oito jornais lusófonos após a iniciativa pioneira de Hipólito José da Costa, fundador do *Correio Braziliense*. Essas redes de comunicação abertas pelo jornalismo se sobressaem em três territórios: Inglaterra, França e Brasil.

Assim, parece correto considerar a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico a circular no Brasil, em 1808, ainda que seja um impresso oficial da Imprensa Régia, um veículo de produção e expansão desses vínculos diaspóricos, assim como *Idade d’Ouro do Brasil*, surgido em Salvador, em 1811. Portanto, os poucos periódicos publicados no Brasil até 1821⁴ faziam parte da constelação de uma imprensa luso-brasileira que, ainda com diferenças, partilhavam um universo de referências comuns.

⁴ Até 1821, eram impressos no Rio de Janeiro, *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822) e *O Patriota* (1813-1814) e em Salvador, *Idade d’Ouro do Brasil* (1811-1823)

Até que ponto houve uma ruptura nesta intenção vinculativa dos portugueses estabelecidos no Brasil quando, no bojo da liberdade de impressão recém-conquistada, a partir de 1821, fizeram circular, ainda naquele ano, não só no Rio de Janeiro, mas também em Pernambuco e no Maranhão⁵, novos periódicos? Quais são enfim os circuitos comunicacionais mais evidentes que estão presentes nestes jornais surgidos no território?

Não estamos com isto negando a constituição de periódicos, mais ou menos inflamados, que, no contexto da independência do Brasil, tiveram papel central “no desenvolvimento de uma consciência política no âmbito de uma esfera pública” (Morel, 2003, 22), muito pelo contrário.

Mas devemos também caracterizar este período como o da passagem de um espaço público marcado por formas de comunicação típicas dos Antigos Regimes (com as gazetas, pregões, bandos, cartazes impressos e manuscritos nas ruas, leituras coletivas, entre outras formas) para outro no qual se consolidavam os debates por meio da imprensa, e no qual começam a ganhar importância as leituras públicas. É importante remarcar, igualmente, que as formas “antigas de comunicação” não só continuaram presentes após a consolidação da imprensa periódica, como também permaneceram desempenhando papel-chave na difusão da palavra pública no Brasil. Os ecos da oralidade fazem parte de uma cultura duradoura no país, sendo fundamental para a compreensão dos modos e práticas comunicacionais no tempo longo.

Para mostrar, ainda que de maneira tímida, aspectos desses circuitos comunicacionais, vamos nos ocupar do que denominamos teias de relações, observando o *Diário do Rio de Janeiro*. Inicialmente caracterizamos brevemente o jornal objeto de análise, para, no momento seguinte, a partir dos indícios deixados nos textos que publicavam, perceber breves circuitos comunicacionais Brasil-Portugal presentes neste periódico.

A escolha do *Diário* como objeto empírico foi proposital, já que nele era o cotidiano que emergia em cores fortes, uma vez que se, por um lado, se esforçava para não se inserir nas múltiplas polêmicas presentes nos outros jornais, por outro fazia da divulgação de pequenas notas (as “notícias particulares”) e de anúncios do público a estratégia central de aproximação com os leitores.

⁵ Depois dos jornais do Rio de Janeiro, registra-se o aparecimento de outros jornais nas províncias de Pernambuco e do Maranhão: respectivamente, *Aurora Pernambucana* e *O Conciliador do Maranhão*, ambos em 1821. No ano seguinte, 1822, surge no Grão-Pará, *O Paraense*. Em Pernambuco, ainda em 1821, surgiram *Segarrega*, *Relator Verdadeiro* e, no ano seguinte, 1822, seis outros periódicos. Para uma análise da imprensa paraense do século XIX, cf. Seixas, Rodrigues e Brígida, 2024; sobre *O Conciliador do Maranhão* e a imprensa maranhense, cf. Pinheiro, 2024; sobre a imprensa pernambucana no contexto da independência, cf. Cabral, 2024.

Em 1821, só no Rio de Janeiro começam a circular 10 jornais⁶, como já assinalamos, a maioria de vida efêmera e que fazia dos debates e de insultos e injúrias o sentido mais premente das publicações. E entre 1821 e 1822 surgiram no Rio de Janeiro 22 novos periódicos, produzindo também na Corte a emergência de uma “praga de periódicos” semelhante a que era identificada pelos críticos, em Portugal, no mesmo período. Construía-se, assim, pela palavra impressa, um novo mundo público fundamental para transformá-la em poderoso instrumento de combate e para a construção de um espaço público no qual uma nova cultura política se fazia presente.

O Diário: breve caracterização

A criação do primeiro jornal diário, em 1821, no Rio de Janeiro indica uma nova temporalidade que emerge no cotidiano da vida urbana: os acontecimentos se sucediam, ainda que dissessem respeito à vida pessoal daqueles que nos diários anunciavam, sobretudo, vendas e perdas de escravos, vendas de produtos e de moradas, numa sucessão de informações que dividiam a temporalidade urbana mais veloz entre “anúncios” e “notícias particulares” que o próprio público fazia chegar ao redator do periódico.

O *Diário do Rio de Janeiro*, primeiro diário do Brasil, começou a circular em 1 de junho de 1821, e já indicava na materialidade do impresso a sua intenção de ser “útil e curioso” para o público que desejava conquistar, como deixa claro no Prospecto em que desvela a intencionalidade do periódico⁷. O tipógrafo Zeferino Vitor Meirelles, fundador e redator da publicação, que anteriormente trabalhara na Impressão Régia⁸, estabeleceu desde o primeiro número uma série de estratégias para ampliar seu alcance junto ao público, ultrapassando os

⁶ Em 1821, eram editados na cidade os seguintes periódicos: *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822); *O Patriota* (1813-1814); *O amigo do Rei e da Nação* (1821); *O Bem da Ordem* (1821); *O Conciliador do Reino Unido* (1821); *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878); *Despertador Brasiliense* (1821); *O Espelho* (1821-1823); *O Jornal de Anúncios* (1821); *A Malagueta* (1821-1822); *Reverbero Constitucional Fluminense* (1821-1822); e *Sabatina Familiar dos Amigos do Bem-Comum* (1821-1822). No ano seguinte apareceram ainda *O Constitucional* (1822); *O Compilador Constitucional, Político e Literário Brasiliense* (1822); *Correio do Rio de Janeiro* (1822-1823); *O Regulador Brasileiro* (1822-1823); *O Papagaio* (1822); *Macaco Brasileiro* (1822); *A Verdade Constitucional* (1822) e *O Volantim* (1822). Cf. Anais da Biblioteca Nacional, vol. 85, 1965 <https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/anais-biblioteca-nacional-vol85>. Consulta em 24 de maio de 2024.

⁷ Meirelles, Zeferino Vito de. Plano para estabelecimento de um útil e curioso Diário nesta cidade. Diário do Rio de Janeiro, 1º de junho de 1821.

⁸ Zeferino Vitor Meirelles, português nascido em Lisboa, trabalhou na Impressão Régia, desde a sua fundação, tendo sido inicialmente alçador; apontador e, por fim, vice administrador. O primeiro cargo é uma função tipicamente braçal da oficina tipográfica, enquanto o segundo dizia respeito ao controle dos trabalhos gráficos, incluindo apontar os “erros ortográficos”. Ao morrer, vítima de um atentado, em 1822, é substituído na redação do *Diário* pelo tipógrafo de origem francesa Antonio Maria Jourdan (Pires, 2008)

tradicionais com assinantes que habitualmente eram o público dos periódicos neste momento inicial da imprensa no Brasil⁹.

Além de dividir o conteúdo da publicação em duas tipologias textuais, as notícias e os anúncios, ambos encaminhados pelo próprio público para o jornal, o redator distribuiu caixas em diversos estabelecimentos comerciais da cidade nas quais os interessados deveriam depositar os textos que desejavam ver publicados. Nestes pontos, onde também o *Diário* estava à venda, os interessados deveriam depositar nas caixas ali colocadas notícias e/ou anúncios que seriam impressos pelo jornal de forma gratuita, desde que fossem assinantes do periódico¹⁰.

O sucesso da publicação é imediato: no mês seguinte ao seu aparecimento, o número de páginas havia duplicado (passara de quatro para oito) e informavam a impossibilidade de imprimir mais de mil exemplares na Imprensa Régia. Atingira, informavam, a cifra de 800 assinantes, e a Imprensa Régia não poderia atender ao aumento de exemplares impressos, pois isso poderia levá-la a parar “sensivelmente o serviço próprio” (Meirelles, 1821, 31).

Diante deste sucesso imediato, novas caixas são distribuídas, em regiões distantes do centro da cidade, nas boticas que, além de medicamentos, tudo vendiam no século XIX. O *Diário*, a partir de 9 de julho de 1821, poderia ser comprado (e lá também deveriam ser depositados os anúncios e as notícias particulares pelos interessados em caixas postadas) em duas boticas da Rua da Quitanda, em uma da Rua dos Ferradores, outra na Rua dos Barbonis, uma no Largo das Laranjeiras, uma na Cidade Nova e uma na Rua do Mata Porcos. Houve, portanto, o aumento da área da circulação do periódico na cidade, ampliando seu circuito público, passando a englobar sete distritos, alguns bem longe da zona central. E detalhavam o número de assinantes em cada uma dessas localidades, que, somados, eram mais de mil (Meirelles, 1821).

O fato de dividirem os escritos que o público poderia encaminhar para o jornal entre anúncios e notícias particulares mostra que havia por parte do redator, mas também do público, a percepção da diferença entre estes dois tipos de textos: os anúncios diziam respeito às vendas de escravizados, de casas, chácaras e diversos outros produtos que os proprietários gostariam de negociar; além dos achados e perdas das mais variadas natureza; já as notícias particulares se referiam a informações sobre entrada e saída de navios; chegada de correspondências ou

⁹ Em 1826, *Atalaia da Liberdade* informava no seu terceiro número, o total de seus assinantes: 180 (Morel e Barros, 2003, 35).

¹⁰ Essas estratégias e as consequências em termo de ampliação do seu público leitor, fazendo do *Diário* “um jornal da moda” do seu tempo, são descritas detalhadamente em Barbosa, 2022. Baseado neste texto, fizemos breve resumo dessas características apenas para particularizar o impresso que será utilizado para a percepção dos trânsitos comunicacionais entre Portugal e Brasil, no item seguinte.

outras dos mais variados tipos e sobre as quais havia a percepção da necessidade de ampliação do seu circuito de leitura para o espaço público. Ou seja, enquanto os anúncios estavam relacionados diretamente à questão pecuniária, as notícias amplificavam um fato particular para grupo mais amplo.

Circuitos comunicacionais em diálogos de teias impressas

Do ponto de vista do recorte que fizemos, interessa-nos analisar, ainda que brevemente, os trânsitos, circuitos e diálogos comunicacionais de Portugal para o Brasil, presentes nas edições do *Diário do Rio de Janeiro*, em 1821.

Seguindo as edições observa-se a intensa circulação das gazetas portuguesas na cidade, vendidas na própria loja do periódico ou na da *Gazeta do Rio de Janeiro* e sempre divulgadas, quando da sua chegada, na seção “Obras Publicadas”. “Saiu à luz cópia da Gazeta Extraordinária do Correio do Porto, vinda pelo Bergantim Triunphante. Vende-se na loja da Gazeta por 80 réis” (*Diário do Rio de Janeiro*, 16 jun. 1821, 4).

Tal como acontecia com as proclamas e outros avisos que se desejava ser de amplo conhecimento, também a informação da circulação da *Gazeta de Lisboa*, era algumas vezes afixada nos lugares públicos, antes mesmo de a notícia circular, no dia seguinte, no *Diário*. A importância do conteúdo fazia delas “documentos que devem servir de norma a todos (...) e “logo que estiverem reimpressas” seriam distribuídas gratuitamente às “subscritores da Gazeta e do Diário do Rio de Janeiro”.

Ontem se afixou nos lugares públicos a seguinte notícia.

Estão se reimprimindo, com a maior brevidade, as Gazetas de Lisboa n. 278 e 279 (18 e 20 de novembro de 1820), as quais comprovam, de uma maneira irrefragável, o Nobre e Sisudo Caráter Português, e a profunda Política e Dignidade verdadeiramente Nacional (...) e para que estes tão preciosos documentos, que devem servir de norma a todos os bons portugueses seja notórios, quanto antes, a todos, logo que estiverem reimpressas, serão distribuídas gratuitamente pelos diferentes Corpos da primeira e segunda Linha, que tão distintamente guarnecem esta cidade, e pelos senhores subscritores da Gazeta e do Diário” (*Diário do Rio de Janeiro*, 13 jun. 1821, 3. Grifos nossos).

Na informação publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, observa-se duas particularidades importantes: em primeiro lugar, o valor de documento irrefutável e “precioso” do que era publicado no jornal de Lisboa e que deveria ser de amplo conhecimento; e, em segundo, o reconhecimento como leitor privilegiado dos assinantes dos dois jornais que circulavam na cidade, a *Gazeta* e o *Diário do Rio de Janeiro*. A eles seriam distribuídos gratuitamente os

números do jornal de Lisboa que passariam a ser obras de uma coleção exclusiva para aqueles leitores.

As lojas dos jornais era pontos de encontro e lugares facilmente localizáveis. Assim, as indicações das moradas podiam ter como referência, “ao lado da loja do Diário”. Era ali também que se vendiam as diversas obras publicadas: gazetas, folhetos, prospectos e livros, divulgados numa infinidade de anúncios que indicam também a intensa proliferação da palavra impressa e manuscrita pelas ruas da cidade. As lojas do *Diário* ou da *Gazeta* também eram lugares onde se deixavam recados para quem quisesse vender ou comprar alguma coisa. Era onde se marcava encontros os mais diversos. Assim, quem pretendesse comprar, por exemplo, “uma carroça em bom uso, besta e mais pertences” deveria “dirigir-se a loja da Gazeta onde se lhe dirá com quem deve tratar” (*Diário do Rio de Janeiro*, 24 set. 1821, 6).

Nas lojas dos periódicos, nos livreiros, na Impressão Régia e nas boticas se encontravam as muitas “obras publicadas” a venda por aqueles dias. Sobretudo, folhetos os mais diversos, com intuito de fornecer ensinamentos e ilustrações necessárias, mas a maioria repletos de contendas políticas. “Saiu a luz as Cartas de André Mamede ao seu amigo Bráz Barnabé em que se explica o que são corcundas continua-se a vender nas lojas deste Diário, na da Gazeta, no Livreiro da rua da Cadeia e na Impressão Régia” (*Diário do Rio de Janeiro*, 23 jul. 1821, 5). Este folheto havia sido impresso em Lisboa e circulava intensamente também no Brasil (Figura 1).

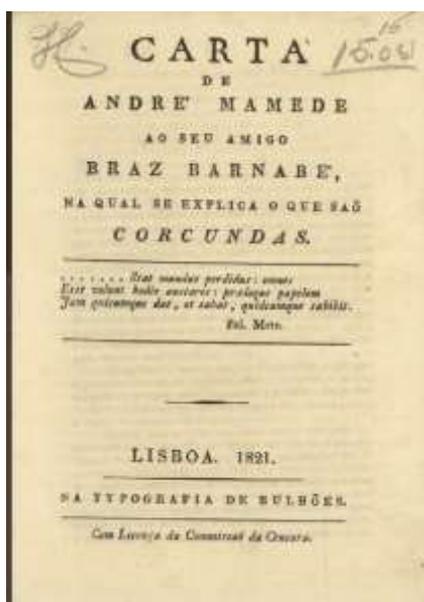


Figura 1. Carta de André Mamede ao seu amigo Bráz Barnabé
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal¹¹

¹¹ <https://purl.pt/38537/1/html/index.html#/1>

Como explica Lúcia Maria Bastos P. Neves (1999), as ideias liberais colocadas na ordem do dia pelo Vintismo português ganharam divulgação exponencial no Brasil, por meio de uma quantidade extraordinária de folhetos e jornais, muitos dos quais circulavam entre os dois lados do Atlântico. De início, tendo por tema central o constitucionalismo, essa cultura política caracterizou-se por uma crítica, tanto no Brasil, como em Portugal, quase unânime aos partidários do Antigo-Regime, os corcundas¹². Mas, as contradições e o questionamento da integridade do Império luso-brasileiro só se tornariam mais evidente no ano seguinte, isto é, em 1822. A partir daí o constitucionalismo converte-se em separatismo (Neves, 1999, 1-2).

A divulgação da palavra impressa numa gama infundável de folhetos, panfletos e jornais, inicialmente no Rio de Janeiro, mas depois também em outras províncias - como Bahia, Maranhão e Pernambuco - foi fundamental na construção dos debates públicos e da formação de uma cultura política no país. Os artigos dos periódicos ou sob a forma de panfletos avulsos, vendidos igualmente nas lojas dos jornais, passam a ser discutidos nas ruas. De caráter didático e polêmico, estes panfletos e folhetos - a maioria anônimo devido à censura -, comentando fatos recentes e discutindo assuntos do momento, traduziam em linguagem acessível os temas fundamentais. Levavam, assim, para um público mais amplo, até então não considerado, informações que passam a circular num espaço público em formação e no qual a imprensa desempenha papel central¹³.

Esses folhetos e panfletos tinham vários formatos e proposições, alguns dos quais impressos em Portugal e que circulavam nos dois lados do Atlântico, enunciadas pela intencionalidade comunicacional: podiam ser “catecismos”, organizados sob a forma de pergunta e respostas; “diálogos”, reproduzindo uma conversa entre, por exemplo, um alfaiate e seus fregueses; “cartas a amigos e compadres”, como as de Andre Mamede ao seu amigo Bráz Barnabé (anunciada pelo *Diário* e a que já nos referimos anteriormente), ou a “Carta em defesa dos brasileiros insultados escreve ao sacristão de Carari o estudante constitucional, amigo do filho do compadre do Rio de Janeiro”; podiam ser folhetos constitucionais, como “Constituição

¹² Corcunda (ou carcunda) se referia de maneira depreciativa a todos que estavam a serviço do Antigo Regime, contrários às ideias constitucionais das Cortes soberanas de Lisboa e favoráveis ao absolutismo. Segundo o *Dicionário corcundativo* (1821, citado por Neves, 1999, 5) o termo significava “homem, que afeito e satisfeito com a carga do despotismo, se curva como o dromedário para recebê-la; e trazendo esculpido no dorso o indelével ferrete do servilismo, tem contraído o hábito de não mais erguer a cabeça, recheada das estonteadas ideias de uma sórdida cobiça”.

¹³ Esses panfletos e folhetos da Independência foram reunidos e estudados por Lucia Neves, Marcelo Basile e José Murilo de Carvalho e reunidos na obra Carvalho, José Murilo; Bastos, Lúcia; Basile, Marcello (org.). 2012. *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. Companhia das Letras/UFMG.

Explicada” ou “Constitucional Justificado”. Havia ainda paródias às orações religiosas, como pode-se ver no folheto “A regeneração constitucional ou a guerra e disputa entre os Corcundas e Constitucionais”.

Creio no Rei, o Senhor d. João VI, no Congresso Nacional, criador da Constituição, no Senhor d. Pedro, Príncipe Leal, primogênito e herdeiro dos tronos, o qual foi concebido por obra e graça de seus Augustos Pais, nasceu de sua Augusta Mãe, a Rainha d. Carlota Joaquina, padeceu sob o poder dos ministros e validos; em 26 de fevereiro desceu ao Rocio para jurar a Constituição por si e seu Augusto Pai; em 22 de abril foi feito regente para premiar os bons, castigar os maus, e fazer justiça aos corcundas, panços e caranguejos. Creio no Congresso Nacional, em a Nação portuguesa, na comunicação dos sábios, na remissão dos abusos, na ressurreição da virtude e da justiça, na conservação da liberdade, na segurança e propriedade e na felicidade da nação. Amém (A regeneração constitucional ou guerra e disputa entre os corcundas e constitucionais. Rio de Janeiro: Imp. Régia, 1821, 19-20. Citado por Neves, 1999, 6)

Anota-se também as farsas em versos e dicionários, como o “Suplemento ao Dicionário corcundativo ou explicação das frases dos corcundas”, que explicava a política como “ciência de enganar, refinada velhacaria; sistema de tramoias, inventado e propagado na Europa no tempo de Luís XIV e levado a perfeição no tempo de Napoleão Bonaparte” (Lima, 1821, 7, citado por Neves, 1999, 5).

Esses gêneros comunicacionais da nova cultura política eram o principal produto à venda nas lojas tanto do *Diário*, como na *Gazeta do Rio de Janeiro*: pequenos impressos de poucas páginas, de conteúdo os mais variados, que podiam incluir discursos, proclamações, hinos, reflexões filosóficas e poesias. Deles informavam apenas o título e o valor, presumindo-se que seriam facilmente identificados pelo público, ou por ser o título capaz de informar seu conteúdo, ou porque a informação da existência desses opúsculos já circulava na cidade.

Saiu à luz: folhetos que se acham na loja da Gazeta dizem respeito à Constituição. Catecismo Constitucional 80 réis. Relação dos compromissários e eleitores da Freguesia de Santa Rita 80 réis. Portugueses Venturosos 80 réis. A Pátria desoprimida 80 réis. Discurso na Eleição dos Compromissarios na Freguesia do Sacramento 80 réis. Das Constituições 160 réis. Reflexões Filosóficas sobre a Liberdade e Igualdade 80 réis. Poesias e diversos assuntos 160 réis. Proclamação do Governador de S. Paulo sobre a Constituição 120 réis. A Verdade Exposta a Sua Majestade por José Daniel 240 réis. (*Diário do Rio de Janeiro*, 16 jun. 1821, 4).

Algumas das obras haviam sido impressas anteriormente no Porto, em Lisboa e, finalmente, após 1821, puderam ser também no Rio de Janeiro. As dificuldades com os processos gráficos na cidade, levavam algumas a serem publicadas em partes. Isso foi o que ocorreu com a “graciosa obra intitulada Estatutos da Sociedade de Giro dos Vinagres do Alto Douro”, como qualificava o anúncio publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, informando que

após a primeira Sessão dos Estatutos as outras seriam publicadas sucessivamente (*Diário do Rio de Janeiro*, 26 abr. 1821, 3).

Mas havia também, como já mostramos anteriormente, muitos folhetos e panfletos sob a forma manuscrita. Produzidos em momentos de turbulência política, 32 destes panfletos que circularam no Brasil no período imediatamente anterior à independência (Carvalho, Bastos e Basile, 2012), evidenciam a permanência da palavra manuscrita, em modos de comunicação nos quais o impresso se intercambiava com as palavras manuscritas e a expressão do mundo oral. Apenas a título de ilustração, reproduzimos a seguir um destes panfletos (Figura 2).

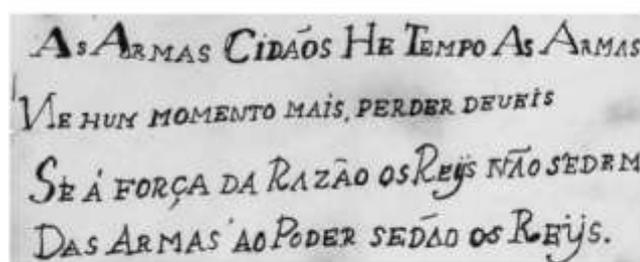


Figura 2. Panfletos manuscritos que circularam no Brasil por ocasião da independência.
Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty, lata 195, maço 6, pasta 13. In: Carvalho, Bastos e Basile (org.). *As armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. Companhia das Letas/UFGM, 2012, 111.

Os novos periódicos que inundam a cidade a partir de 1821 também passaram a ser anunciados com destaque, sob a rubrica, Obras Publicadas, no *Diário do Rio de Janeiro*. Na singular informação de que começara a ser publicado o *Espelho*, observa-se a ampliação da área de venda do periódico - para além do centro nervoso da cidade -, mas também a pronta resposta que o periódico já dava, em seu primeiro número, às acusações proferidas pela *Gazeta do Rio de Janeiro* ao seu redator. O tempo tornava-se cada vez mais urgente, seguindo a lógica aceleradora das letras impressas que inundavam o Rio de Janeiro.

Saiu à luz o 1º número do periódico intitulado o *Espelho*; vende-se na loja de Paulo Marin, na rua da Quitanda n. 33. Na mesma continua a subscrição pelo trimestre corrente por 1\$200 reis; e as pessoas de fora da cidade podem igualmente subscrever nas boticas dos distritos 5º e 7º nas Laranjeiras e Mataporcos, onde mandarão receber os números correspondentes. Com esta primeira folha há se distribui gratuitamente a defesa do redator contra as injustas acusações inseridas na *Gazeta* no. 76. (*Diário do Rio de Janeiro*, 1º out. 1821, 5).

Por último cabe mencionar neste primeiro esforço de perceber trânsitos e circuitos comunicacionais entre os jornais brasileiros e portugueses, a publicação durante meses a fio, no *Diário do Rio de Janeiro* na seção “Miscelânea curiosa, útil e instrutiva” da transcrição de

textos extraídos dos vários tomos dos *Anais das Sciencias, das Artes e das Letras*, originalmente publicado em francês que tinham sido traduzidos para o português (Figura 3). Esses mesmos Anais eram anunciados com destaque, no mesmo período, *pela Gazeta de Lisboa*, informando os pontos de venda na cidade.

*Annaes das Sciencias, das Artes, e das
Letras, etc., tom. XI, Paris.*

Ha dias se acha em *Lisboa* na loja do livreiro *P. J. Rey* este undecimo volume dos *Annaes das Sciencias, etc.*, que em *Paris* tem publicado em *Portuguez* huma Sociedade de compatriotas nossos, com muito boa seleção, dando á Patria hum resumo geral do que nos paizes estrangeiros apparece nos differentes ramos das Sciencias e das Artes. Na *Gazeta de Lisboa*, no *Diario da Regencia* em quanto o redigimos (do 1.^o de Novembro de 1820 até o ultimo de Abril de 1821) demos huma breve mas clara idéa de todos os volumes que sahirão destes Annaes até o 10.^o e agora o passamos a fazer tambem nesta nossa folha deste 11.^o tomo, e o faremos dos que forem apparecendo desta obra.

Figura 3. Estrato anunciando a venda do Anaes de Sciencias publicado na *Gazeta de Lisboa*.
Fonte: *Gazeta de Lisboa*, ed. 24, 28 mai. 1821, 3.

Enquanto na *Gazeta de Lisboa* bastava uma síntese do conteúdo de cada tomo para interessar aos leitores que passariam a procurar os volumes na loja do livreiro, onde estavam a venda; no *Diário* - já que os *Anais* não estavam à venda na cidade - o redator transcrevia literalmente cada trecho que achava ser de interesse do público, muitas vezes pelo conhecimento das ciências que reproduzia, outras pelo inusitado da informação (Figura 4).

MISCELLANEA CURIOZA, UTIL, D INSTRUCTIVA.

TERREMOTOS.

Este curioso Artigo he extrahido do Tomo X. dos *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*.

A *Gazeta de Pekim*, de 2 de Maio de 1817, dá a relação de hum terremoto accoetecido, no mez antecedente, em Chang-Ruh nos confins da Provincia de Szeehuen da fronteira occidental da China. Mais de treze mil casas forão derribadas, e mais de 2800 pes oas mortas.

Figura 4. Informação publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, sobre a mesma publicação, do qual o redator extrai um trecho determinado.

Fonte: *Diário do Rio de Janeiro* - 6 jun. 1821, 4

Temas que também colocavam em relevo a transformação do mundo, as intempéries da natureza, tudo aquilo que porventura transformasse uma ordem presumida. Um mundo de ponta a cabeça era já naqueles idos de 1820 matéria-prima dos diários.

Considerações finais

Algumas questões sobressaem na análise que realizamos. A primeira diz respeito à afirmação de que até 1821 não existia uma imprensa brasileira e sim uma constelação de impressos luso-brasileiros. Mesmo os periódicos que eram impressos no país, faziam parte de um mundo escrito que aproximava Portugal e Brasil.

A segunda, decorrente da primeira, faz com que afirmemos que a imprensa brasileira só surgiu no bojo da formação de uma nova cultura política no processo de independência e de expansão e explosão da palavra impressa, formando redes de comunicação, também a partir de 1821.

Entretanto, há que se considerar - e esta talvez seja a conclusão mais importante - que os gêneros escriturários que proliferaram no território brasileiro, extremamente próximos da palavra oral, procuravam reproduzir em materialidades e formatos narrativos maneiras de contar capazes de traduzir em linguagem próxima dos gêneros de fala às temáticas complexas do mundo político. Assim, cartas, orações religiosas, fábulas, dicionários, poesias, entre outros, tomavam a forma de panfletos e folhetos que eram vendidos nas lojas dos diários, nas lojas de livros e nas boticas, tornando acessíveis, pela escritura próxima da oralidade, temas complexos para um público, que passam a carregar, nas marcas de sua cultura duradoura, a oralidade como formato dominante dos seus modos comunicacionais.

Havia que se traduzir em fórmulas narrativas mais próximas dos modos de falar; havia que explicar com uma linguagem direta das expressões do cotidiano, todo aquele mundo político, complexo, repleto de ideias fulgurantes, mas que estavam longe de um público que passou a ser incluído no regime de letramento de um mundo que se reconfigurava. Para isso, trânsitos e circuitos que uniam Brasil e Portugal tiveram que ser reconfigurados em novos modos de comunicar.

Referências

A regeneração constitucional ou guerra e disputa entre os corcundas e constitucional. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1821, p. 19-20.



Anais da Biblioteca Nacional, vol. 116, p. 274, 1997.

Barbosa, Marialva. 2010. *História cultural da imprensa*. Brasil (1800-1900). Rio de Janeiro, Mauad.

Barbosa, Marialva. 2013. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Barbosa, Marialva. 2022. Circuitos Comunicacionais da Imprensa no Brasil do Século XIX: olhares sobre o momento inicial. *Matrizes*, v. 16, p. 75-98.

Basile, Marcello. 2008. Unitários federalistas: a questão federal na imprensa da Corte (1830-1834). In: Lessa, Monica Leite; Fonseca, Silvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a monarquia e a república. Imprensa, pensamento político e historiografia (1722-1822)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

Blake, Augusto Victorino Alves Sacramento. 1883-1903. *Dicionário biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

Carta de André Mamede ao seu amigo Braz Barnabé na qual se explica o que são corcundas. 1821. Rio de Janeiro, Tip. Régia.

Carvalho, José Murilo, e Lúcia Bastos e Marcello Basille (orgs.). 2012. *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letas/UFMG.

Lima, José Joaquim Lopes de Lima. 1821. Suplemento ao Dicionário corcundativo ou explicação das frases dos corcundas. Rio de Janeiro: Imprensa Régia.

Lustosa, Isabel. 2000. *Insultos impressos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Macedo, José Agostinho de. 1821. Carta ao senhor redator do Patriota. Imprensa Liberal.

Meirelles, Zeferino Vito de. 1821. Plano para estabelecimento de um útil e curioso Diário nesta cidade. Diário do Rio de Janeiro, 1º de junho de 1821.

Morel, Marco, & Barros, Mariana Monteiro de. 2003. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A.

Morel, Marco. 2005. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec.

Munaro, Luís Francisco. 2018. A República Lusitana das Letras: um retrato das redes de comunicação dos jornais emigrados no início do século XIX. *Revista Esboços*, v. 25, n. 39, p. 173-196, jul. 2018.

Neves, Lúcia Maria Bastos P. Neves. 1999. “A ‘guerra das penas’: os impressos políticos e a independência do Brasil”. In: *Revista Tempo*, n. 8, ago. 1999, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1-17.



Pires, M. P. B. 2008. *Impressão, sociabilidades e poder: três faces da tipografia do Diário na Corte do Rio de Janeiro (1821-1831)*. Dissertação de mestrado em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Seixas, Rodrigues e Brígida, 2024. A imprensa no solo amazônico: momentos-chave da configuração dos impressos no Pará do século XIX. In: Barbosa, Marialva; Ribeiro, Ana Paula Goulart; Hohlfeldt, Antonio Carlos (org.). *História da imprensa no Brasil do século XIX*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Edipuc+.

Cabral, Flavio José Gomes. 2024. “Senhor Redator”: imprensa e cultura política em Pernambuco da época da independência. In: Barbosa, Marialva; Ribeiro, Ana Paula Goulart; Hohlfeldt, Antonio Carlos (org.). *História da imprensa no Brasil do século XIX*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Edipuc+.

Pinheiro, Roseane &. 2024. Letras impressas, disputas e acomodações: a expansão da imprensa maranhense no século XIX. In: Barbosa, Marialva; Ribeiro, Ana Paula Goulart; Hohlfeldt, Antonio Carlos (org.). *História da imprensa no Brasil do século XIX*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Edipuc+.

Silva, M. B. N. da. 2007. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Sousa, Jorge Pedro. 2021. *Portugal – Pequena história de um grande jornalismo I: da manufatura à indústria*. Lisboa, ICNOVA, Universidade Nova de Lisboa.

Villalta, Luiz Carlos. 1999. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado em História). São Paulo, Universidade de São Paulo.

Resumen

El artículo aborda algunos aspectos de los circuitos de comunicación, en las primeras décadas de circulación de la prensa en Brasil, especialmente en vísperas de la Independencia (1822), cuando los periódicos impresos comenzaron a publicarse paulatinamente en todo el territorio brasileño, hasta donde podemos definir como una explosión de la palabra pública de norte a sur del país. El objetivo es reflexionar sobre el momento inicial de la circulación periodística en el siglo XIX, el siglo del periódico, también, en Brasil. Utilizando los propios periódicos como documentación para mostrar tránsitos comunicacionales, se destaca brevemente, a partir de las noticias publicadas en el Diário do Rio de Janeiro, que circularon en la Corte, a partir de 1821, algunos de esos circuitos que involucran a Brasil-Portugal.

Palabras claves: Prensa; Brasil; Portugal; Independencia; Circuitos de comunicación.